



CRONOLOGIA

2013

18 OUT. O Caledonian Bank apresenta queixa-crime contra Rui Pinto, no MP, na sequência do ataque ao sistema informático.

2014

18 DE SET. Advogados do Caledonian Bank e de Rui Pinto, representado neste caso por Aníbal Pinto, chegam a acordo e o inquérito-crime é arquivado.

2015

29 SET. Criação do Football Leaks. Na primeira publicação, os responsáveis assumem o propósito de "divulgar a parte oculta do futebol".

30 SET. Sporting pede às autoridades para investigarem a divulgação de ficheiros do clube na internet.

4 OUT. Fundo de investimento Doyen Sports apresenta queixa contra o Football Leaks, alegando que os autores do site "tentaram extorquir dinheiro a troco de silêncio".

30 NOV. Football Leaks muda de endereço, após ter sido "censurado pela plataforma Livejournal" pela segunda vez em dois meses.

26 ABR. As revelações passam para a esfera do European Investigative Collaborations (EIC), um consórcio internacional de jornalismo de investigação, com o qual o Football Leaks partilhou milhões de documentos.

3 DEZ. Reportagens com base nos ficheiros partilhados pelo Football Leaks começam a ser publicados em diversos órgãos de comunicação social europeus que integram o EIC.

2017

13 JUN. Cristiano Ronaldo é acusado pela justiça espanhola de evasão fiscal, entre 2011 e 2014.

2018

16 SET. A Sábado publica um extenso artigo que indica que o português Rui Pinto "é o único suspeito de ter roubado a correspondência privada ao Benfica".

28 SET. A Der Spiegel revela que Cristiano Ronaldo foi acusado de

MP REFORMULA ACUSAÇÃO DO 'HACKER' RUI PINTO

O Tribunal de Instrução Criminal (TIC) de Lisboa adiou para sexta-feira a leitura da decisão instrutória de Rui Pinto e do advogado Aníbal Pinto, depois de proceder a uma "alteração da qualificação jurídica" dos crimes.

Em setembro de 2019, o Ministério Público (MP) acusou Rui Pinto de 147 crimes, 75 dos quais de acesso ilegítimo, 70 de violação de correspondência, sete deles agravados, um de sabotagem informática e um de tentativa de extorsão, por aceder aos sistemas informáticos do Sporting, da Doyen, da sociedade de advogados PLMJ, da Federação Portuguesa de Futebol e da Procuradoria-Geral da República, e posterior divulgação de dezenas de documentos confidenciais destas entidades.

As defesas de Rui Pinto e do seu antigo advogado, Aníbal Pinto, este último acusado de intermediar a tentativa de extorsão, de entre 500.000 euros a um milhão de euros, ao fundo de investimento Doyen, requereram a abertura da instrução, fase facultativa em que visa decidir por um juiz de instrução criminal se o processo segue e em que moldes para julgamento.

"O mesmo [Rui Pinto] não deverá ser pronunciado [levado a julgamento] por 74 crimes de acesso ilegítimo, mas tão só pela prática de seis crimes de acesso ilegítimo, os que se reportam aos ofendidos Sporting Clube de Portugal, Doyen, PGR, FPF e 'plataforma score'", explicou a juíza de instrução criminal Cláudia Pina.

Em relação aos outros 68 destes crimes, a juíza entende que não são de acesso ilegítimo, mas sim de acesso indevido, justificando a decisão pelo facto de Rui Pinto ter acedido a caixas de correio e não a sistemas informáticos. A moldura penal destes dois tipos de crime é igual.

Em relação aos restantes factos, a juíza sublinhou que o arguido deve ser pronunciado (levado a julgamento) nos termos da acusação do Ministério Público.

Cláudia Pina marcou para as 14h00 de sexta-feira a leitura da decisão instrutória, dando "quarenta e oito horas" para que a defesa de Rui Pinto se pronuncie



'O hacker' encontra-se em prisão preventiva desde março do ano passado.

acerca destas alterações.

A defesa de Rui Pinto requereu a abertura de instrução apenas com o objetivo de reduzir os 147 crimes, não estando em causa o facto de o arguido não ir a julgamento, mas antes corrigir "aspectos legais", como a duplicação de

crimes.

O que se conhece da acusação

A acusação do MP diz que entre 6 de novembro de 2018 e 7 de janeiro de 2019, o arguido "efetuou um total de 307 acessos" a Procuradoria-Geral da República, e

obteve documentos dos processos de Tancos, BES e Operação Marquês, entre outros.

Entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, Rui Pinto consultou mais 12 processos que ainda estão em segredo de justiça.

Em prisão preventiva desde 22

Diferença entre "acesso ilegítimo" e "indevido"

A lei do cibercrime, no artigo 6.º, estipula que o acesso ilegítimo é punível em até um ano de prisão: "quem, sem permissão legal ou sem para tanto estar autorizado pelo proprietário, por outro titular do direito do sistema ou de parte dele, de qualquer modo aceder a um sistema informático, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias". Mas a mesma lei estipula que "a pena é de prisão até 3 anos ou multa se o

acesso for conseguido através de violação de regras de segurança" e admite que a prisão pode chegar a cinco anos quando "através do acesso o agente tiver tomado conhecimento de segredo comercial ou industrial ou de dados confidenciais, protegidos por lei". O acesso indevido tem uma moldura penal de base similar. O artigo 44º da Lei da Proteção de Dados Pessoais, relativo ao "acesso indevido", indica que "quem, sem a devida

autorização, por qualquer modo, aceder a dados pessoais cujo acesso lhe está vedado é punido com prisão até um ano ou multa até 120 dias", mas a pena é agravada para o dobro quando o acesso indevido "for conseguido através de violação de regras técnicas de segurança, tiver possibilitado ao agente ou a terceiros o conhecimento de dados pessoais ou tiver proporcionado ao agente ou a terceiros benefício ou vantagem patrimonial".

CRONOLOGIA

violação por Kathryn Mayorga, uma cidadã norte-americana.
5 NOV. Revelações apontam para a violação do 'fair-play' financeiro da UEFA por parte do campeão inglês Manchester City.

2019

16 JAN. Rui Pinto é detido em Budapeste, na Hungria, ao abrigo de um mandado de detenção europeu emitido pelo DCIAP.

18 JAN. Um juiz húngaro decreta prisão domiciliária ao colaborador do Football Leaks.

1 FEV. Rui Pinto fala publicamente pela primeira vez e admite ser 'o John' dos Football Leaks".

5 MAR. Justiça húngara decide entregar o colaborador do Football Leaks a Portugal.

21 MAR. Rui Pinto chega a Lisboa para ser presente a um juiz de instrução criminal.

22 MAR. Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa aplica a Rui Pinto a prisão preventiva.

29 MAR. Aníbal Pinto, advogado de Rui Pinto, aquando da alegada tentativa de extorsão à Doyen, a 21 de outubro de 2015, assume ter sido constituído arguido.

1 ABR. William Bourdon confirma que a justiça francesa fez cópia dos documentos do colaborador do Football Leaks.

2 ABR. O Eurojust, através de declarações da eurodeputada portuguesa Ana Gomes, adianta que Rui Pinto está a cooperar com as autoridades de França, Bélgica e Holanda na qualidade de denunciante.

6 JUN. O Tribunal da Relação de Lisboa decidiu manter Rui Pinto em prisão preventiva.

31 JUL. TVI noticia que as perícias da PJ aos computadores apreendidos a Rui Pinto demonstram que terá sido o hacker o autor do roubo dos emails do Benfica.

20 SET. O MP acusa Rui Pinto de 147 crimes, 75 dos quais de acesso ilegítimo, 70 de violação de correspondência, um de sabotagem informática e um de tentativa de extorsão.

2020

13 JAN. Instrução do processo reformula tipologia dos crimes, deixando cair dezenas

17 JAN. Rui Pinto fica a saber por quantos crimes vai ser julgado.

Advogado está "preparado para todas as situações"



O advogado de Rui Pinto considerou ontem que o seu cliente está "preparado para todas as situações", à entrada da sessão de leitura da decisão instrutória sobre os crimes pelos quais o criador do Football Leaks vai responder em julgamento. Em relação à decisão instrutória, que foi adiada para sexta-feira, o advogado Francisco Teixeira da Mota sublinhou que "tudo é possível", e que o seu cliente

está "preparado para todas as situações, para ver a acusação diminuída ou a manutenção de todos os crimes pelos quais está acusado". "A dimensão de Rui Pinto na sociedade portuguesa não se esgota neste processo. O Rui Pinto é uma pessoa muito corajosa, com um pensamento e um espírito muito positivos", declarou Francisco Teixeira da Mota à entrada da sessão no TIC.

de março deste ano, Rui Pinto, de 30 anos, foi detido na Hungria e entregue às autoridades portuguesas, com base num mandado de detenção europeu, que apenas abrangia os acessos ilegais aos sistemas informáticos do Sporting e da Doyen, mas que depois viria

a ser alargado a pedido das autoridades portuguesas.

Rui Pinto é também suspeito de ser o autor do furto dos e-mails do Benfica, em 2017. A acusação do MP sustenta que, a partir do início de 2015 e até 16 de janeiro de 2019, "o principal

arguido muniu-se de conhecimentos técnicos e de equipamentos adequados que lhe permitiram aceder, de forma não autorizada, a sistemas informáticos e a caixas de correio eletrónico de terceiros".

Para o efeito, "instalou, nos

seus equipamentos, diversos programas informáticos e ferramentas digitais que lhe permitiam, de forma dissimulada e anonimizada, entrar nos mencionados sistemas informáticos e caixas de correio de terceiros e daí retirar conteúdos".

#

6

CRIMES de acesso ilegítimo, os que se reportam aos ofendidos Sporting, Doyen, PGR, FPF e 'plataforma score'.

#

68

CRIMES de acesso indevido, justificados com o facto de Rui Pinto ter acedido a caixas de correio e não a sistemas informáticos.